

HABEAS CORPUS Nº 570.308 - RS (2020/0078877-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MONIA PERIPOLLI DIAS
ADVOGADO : MONIA PERIPOLLI DIAS - RS056957
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAFAEL GARCIA SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL GARCIA SIQUEIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Da leitura dos autos, consta que o paciente foi sentenciado à pena de 20 anos de reclusão no regime inicial fechado. Foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem para que seja concedida liberdade ao paciente sob alegação do risco de contaminação do pelo vírus Covid-19 e o pedido liminar foi indeferido pelo relator nos seguintes termos:

Conforme se extrai do prontuário médico acostado aos autos, o reeducando foi diagnosticado com tuberculose em janeiro de 2015, oportunidade em que recebeu atendimento médico e restou curado.

Quanto ao risco de propagação do novo coronavírus (COVID- 19), tenho que, não obstante a gravidade da pandemia e o histórico de saúde do paciente, inexistem elementos a indicar a ocorrência de sequelas provenientes da tuberculose, tampouco a impossibilidade de o paciente receber o tratamento médico adequado no âmbito carcerário, quando (e se) assim se mostrar necessário. Pelo contrário, verifica-se que, desde 2015, Rafael vem recebendo atendimento médico. Além disso, medidas preventivas estão sendo planejadas e adotadas justamente para preservar a saúde dos apenados, como a recomendação de suspensão da realização das audiências de custódia e das audiências de instrução, reconsideração do cronograma de saídas temporárias e racionalização da organização das visitas nas casas prisionais, em aderência a planos de contingência elaborados pelo Poder Executivo.

De todo o modo, verifica-se que, ao que tudo indica, o pleito liberatório não foi deduzido perante o Juiz da Execução, razão pela qual se mostraria incabível qualquer pronunciamento desta Corte, sob pena de supressão de grau de jurisdição (fls. 10/11).

Superior Tribunal de Justiça

O impetrante requer, em razão da pandemia de coronavírus, a concessão de liberdade provisória.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente